
**A HISTORICIDADE EDUCACIONAL DO POVO KOIUPANKÁ:
uma educação contextualizada a partir dos saberes tradicionais**

**THE EDUCATIONAL HISTORICITY OF THE KOIUPANKÁ PEOPLE:
a contextualized education based on traditional knowledge**

Angélica Maria Silva dos Santos¹
Eimyslene Ferraz de Melo Santos²
Gisely Martins da Silva³

Resumo: Este artigo tem como principal objetivo discutir os aspectos pertinentes ao processo de aquisição do conhecimento empírico encontrado nas escolas e comunidades originárias, além de oportunizar a observação de como acontecem as abordagens na Educação Escolar Indígena. Para tanto, em nossas discussões buscaremos potencializar, por meio da historicidade do povo Koiupanká, a estética de conhecimento tradicional como ponto de partida na proliferação dos conhecimentos e métodos de ensino e aprendizagem, abordados nas escolas indígenas, enfatizando a Escola Estadual Indígena Ancelmo Bispo de Souza, nas diversas faces e espaços da comunidade Koiupanká. Dentre outras premissas, é pertinente destacar que, no espaço escolar, pratica-se o respeito à ancestralidade como meio importante para a construção de uma escolaridade diferenciada, que visa contemplar os preceitos exigidos pelo sistema, sem anular a sua história, seus costumes e tradições. Além disso, neste texto pontuaremos os contextos que nortearam as reivindicações e lutas pela saúde, educação e território. Ao mesmo tempo em que iremos expor a importância do fortalecimento das práticas tradicionais como fonte de ascensão cultural e religiosa do citado povo e seu papel na formação de novos guerreiros com conhecimento de luta, tradição e mundo a partir do universo escolar.

Palavras-chave: Indígena. Sertão. Identidade. Escolaridade.

Abstract: The main objective of this article is to discuss aspects relevant to the acquisition process of empirical knowledge found in schools and original communities, in addition to providing opportunities for observation of how approaches in Indigenous School Education take place. For that, in our discussions we will seek to enhance, through the historicity of the Koiupanká people, the aesthetics of traditional knowledge as a starting point in the proliferation of knowledge and teaching and learning methods, addressed in indigenous schools, emphasizing the Ancelmo Bispo de Indigenous State School Souza, in the different faces and spaces of the Koiupanká community. Among other assumptions, it is pertinent to highlight that, in the school space, respect for ancestry is practiced as an important means for the construction of a differentiated schooling, which aims to contemplate the precepts required by the system, without nullifying its history, customs and traditions. In addition, in this text we will point out the contexts that guided the claims and struggles for health, education and territory. At the same time, we will expose the importance of strengthening traditional practices as a source of cultural and religious ascent of the aforementioned people and their role in the formation of new warriors with knowledge of struggle, tradition and the world from the school universe.

Keywords: Indigenous. hinterland. Identity. Schooling.

¹ Indígena Koiupanká, graduanda em Letras no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLIND/AL), da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Polo Sertão. E-mail: angelica.santos@alunos.uneal.edu.br.

² Indígena Koiupanká, graduanda em Letras no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLIND/AL), da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Polo Sertão. E-mail: eimyslene.santos@alunos.uneal.edu.br.

³ Orientadora: Mestre em Ciências da Linguagem - Unicap; Doutoranda em Ciências da Linguagem - Unicap - Bolsista Prosup/CAPES.

Introdução

Este artigo tem como principal objetivo discutir os aspectos pertinentes ao processo de aquisição do conhecimento empírico encontrado nas escolas e comunidades originárias, além de oportunizar a observação de como acontecem as abordagens na Educação Escolar Indígena. Além disso, pretendemos apresentar a introdução da referida Educação Escolar Indígena na comunidade desde a infância à idade adulta, além de aspectos que vão desde o processo de lutas e conquistas aos dias atuais, observando também possíveis interferências do “mundo” não-indígena sobrepondo-se nessa atuação.

Para isso, é indispensável perceber como tais aspectos se condicionaram na historicidade escolar do povo Koiupanká. Desse modo, o processo de implementação dessa educação pôde ser observado sob os aspectos de como o trabalho, que tem sido realizado na Escola Estadual Indígena Anselmo Bispo de Souza, localizada na zona rural do município de Inhapi, Alto Sertão de Alagoas, interferiu na vida e no comportamento de crianças e jovens, ao tempo em que oportunizou para tal público distintas visões de mundo, já que devido a não demarcação de terras. Diante disso, cabe salientar que tanto os jovens quanto as crianças se encontram inseridos nas áreas periféricas das cidades e em contextos familiares impróprios para sua idade.

Tais fatores se caracterizaram devido a ação dos não-indígenas em demasiadas práticas encontradas ao longo da história, que irremediavelmente atuaram para extinguir os povos que não seguissem seus costumes e crenças, tratando de inserir, sob a interferência dos jesuítas, uma educação escolar sob a direção da Igreja Católica Romana. Esta, por sua vez, denominou como “demoníacas” quaisquer práticas religiosas ou aspectos próprios indígenas que não seguissem os preceitos cristãos. Desse modo, “a educação escolar indígena no Brasil tem uma longa trajetória, tecida desde os primórdios da colonização e cujo modelo predominante, alheio às cosmologias indígenas, foi imposto com o explícito intuito colonizador, integracionista e civilizador” (BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010, p.56).

Educação Escolar Indígena e contexto histórico do Brasil

Ao discutirmos sobre o período colonial, percebemos que os processos históricos vivenciados interferiram nos modos de vida das sociedades indígenas com significativas imposições dos colonizadores, os quais, em várias oportunidades, menosprezaram os grupos

étnicos encontrados na América portuguesa, reprimindo costumes, crenças e tradições. Face a essa questão Rainer Sousa afirma que:

Ao pisar no Brasil, a primeira ação tomada pelo navegador Pedro Álvares Cabral e seus tripulantes foi organizar uma missa que comemorava a chegada em novas terras. Nesse simples gesto, percebemos que os europeus não tinham somente um projeto de caráter econômico no Brasil. Sendo nação de forte fervor religioso católico, Portugal trouxe membros da Ordem de Jesus que teriam a incumbência de ampliar o número de fiéis no Novo Mundo. O alvo primordial dessa conversão seriam os índios, que desde as primeiras anotações feitas por Pero Vaz de Caminha são descritos como povos inocentes que iriam se converter sem maiores problemas. A relação entre Estado e Igreja nessa época era próxima, na medida em que ambas empreendiam medidas que colaboraram com seus interesses mútuos. Enquanto os jesuítas tinham apoio na catequização dos nativos, o Estado contava com auxílio clerical na exploração do território e na administração⁴.

Conforme afirmação do autor supracitado, a inserção dos invasores europeus no Brasil possibilitou a mudança no cotidiano dos povos originários da chamada América Colonial. O modo como se relacionavam e a importância que davam ao sagrado moldou-se de acordo com as ações dos portugueses, desencadeando a extinção ou os conflitos entre indígenas que foram reunidos em missões denominadas como reduções jesuíticas. Os europeus não consideraram os aspectos religiosos indígenas como fundamentais para as existências das populações originárias.

Mesmo diante desses fatos, o contexto educacional, a partir da ordem jesuítica, perdurou por várias décadas, sendo expulsa a partir do século XVIII, devido a conflitos políticos entre os poderes central e eclesiástico. Nesse contexto, houve ascensão dos tantos métodos jesuíticos, como também o poder aquisitivo que estas práticas proporcionavam à Igreja, desencadeando ações por parte da Coroa que os expulsou das áreas coloniais, pois:

na segunda metade do século XVIII, a presença dos jesuítas no Brasil sofreu um duro golpe. Nessa época, o influente ministro Marquês de Pombal decidiu que os jesuítas deveriam ser expulsos do Brasil por conta da grande autonomia política e econômica que conseguiam com a catequese. A justificativa para tal ação adveio da ocorrência das Guerras Guaraníticas, onde os padres das missões do sul armaram os índios contra as autoridades portuguesas em uma sangrenta guerra⁵.

Apesar de tantas contradições visualizadas no decorrer dos fatos históricos, desde o período colonial, foi a partir da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

⁴Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/os-jesuítas-no-brasil.htm>, Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

⁵Ibidem.

(LDB), instituída em 1996, assegurada pela Constituição Federal de 1988, que se reconheceu a importância do direito a uma educação voltada às realidades indígenas como papel fundamental no fomento à formulação de políticas públicas que efetivem esses direitos. Com base nisso, percebemos, através do trecho abaixo, que:

Os Povos Indígenas têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar Indígena. Seguindo o regime de colaboração, posto pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a coordenação nacional das políticas de Educação Escolar Indígena é de competência do Ministério da Educação (MEC), cabendo aos Estados e Municípios a execução para a garantia deste direito dos povos indígenas.(FUNAI, 2013)

Desde então, as principais ações desse processo de introdução às novas formas de abordagens do ensino, vêm sofrendo mudanças e adaptações pelos governantes, que muitas vezes, fragilizam as conquistas e reivindicações dos povos indígenas pela defesa de seus territórios. Outro resultado da falta de acesso ao território é a limitação à implantação de uma educação escolar diferenciada o que, por sua vez, fragiliza as práticas identitárias e o compartilhamento de saberes escolares e tradicionais.

Vale lembrar ainda, que passados alguns anos das conquistas legais, essas tantas defasagens se sobrepuseram a partir de avanços significativos para a educação escolar indígena, quando, a partir do século XX, passou a ser visualizada como direito prescrito na Constituição de 1988, no 2º parágrafo do artigo 210, que diz: “O ensino fundamental e regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas, processos próprios de aprendizagem”. Essas conquistas são resultantes das tantas lutas dos povos originários que esperavam a preservação da sua identidade, crenças e costumes, como também de sua educação voltada aos relatos dos mais velhos, dos seus rituais e vivência no mundo. É o que podemos observar a partir dos dizeres de Sobrinho, Duarte e Betiol:

A mobilização dos povos indígenas, desde a década de 1970, resultou na fase da escola diferenciada e refletiu diretamente nas políticas e ações do final da década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal em 1988; e na década de 1990, com a aprovação A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN em 1996, além de legislação referente à escolarização indígena. Nessa intensa mobilização, as relações entre povos indígenas, Estado e sociedade civil tentam se definir e organizar no campo das políticas públicas a partir da óptica dos povos indígenas. (SOBRINHO, DUARTE E BETIOL, p. 62,

SANTOS, Angélica Maria Silva dos; SANTOS, Eimyslene Ferraz de Melo; SILVA, Gisely Martins da. A historicidade educacional do povo Koiupanká: uma educação contextualizada a partir dos saberes tradicionais. **Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô**. Palmeira dos Índios, v. 2, n. 1, p. 94-107. 2023.

2017).

Embora significativo, esses avanços passaram por duras fases e situações, assim contadas na história dos povos indígenas, como também por fatores externos (negações, perseguições, preconceitos) resultantes das ações desencadeadas por “inimigos” dessa vertente escolar diferenciada. Nessa perspectiva, destacamos como exemplo os povos indígenas do Nordeste que sofrem duras discriminações, devido a perda de seus “traços físicos” e territórios. O que desencadeou, durante esse percurso, evasão e extinção de territórios, “remanescentes” de seus troncos familiares, produzidos pela busca de novas terras para plantio e melhorias de vida, tais como os povos de linhagem descendentes de Pankararu, Brejo dos Padres, em Pernambuco, a exemplo dos Koiupanká.

Histórico do Povo Koiupanká

Para entender melhor sobre a história educacional do povo Koiupanká, é preciso compreender os diversos processos do contexto histórico vivenciado, mediado pelos indígenas do Nordeste, indispensavelmente dos Pankararus, povo do qual descendem os tantos povos indígenas de Alagoas, em contrapartida com os aspectos que ocasionaram o deslocamento dos principais nomes da história indígena em Alagoas, em especial Anselmo Bispo de Souza, que deslocou-se de Brejo dos Padres em busca de melhorias. Abaixo, alguns dos aspectos que explicam a correlação dos deslocamentos:

Nessa época, já existia um circuito de trocas entre comunidades hoje reconhecidas como indígenas que poderíamos descrever segundo dois modelos, as *viagens rituais* e de fuga, que parecem ser desdobramentos de um padrão de mobilidade ainda anterior. As viagens rituais consistiam no trânsito temporário de pessoas e famílias entre as comunidades, marcado por eventos religiosos, que podem corresponder ou não a um calendário anual. As *viagens de fuga* eram migrações de grupos familiares em função das perseguições, dos faccionalismos, das secas ou da escassez de terras de trabalho. (Pankararú-Povos Indígenas no Brasil, última atualização, 2021).

Como resultado das ações dos invasores, vários indígenas em um ato de sobrevivência, assim como tantos outros, percorriam regiões em busca de caças e novas condições de vida, em consequência das ações dos invasores, que promoviam a exploração e a dura inserção dos aldeamentos, como forma de manter sob controle as populações que ali habitavam.

Anselmo Bispo de Souza, assim como outros nomes, foi um adepto das ações

integradoras de visitação a novos territórios, em busca de subsídios importantes para o bem estar físico e a auto sobrevivência. Ao se deslocar de Brejo dos Padres, optou pela direção mais ao Sul, percorrendo os territórios de Inajá, também em Pernambuco, Mata Grande, Alagoas, até chegar no atual município de Inhapi. Depois de conhecer o lugar, segundo relatos dos mais velhos, encontrou um ambiente “ideal” para sua vivência, fazendo seus roçados e se estabelecendo com sua família, irmãos e primos.

Antes de relatarmos em síntese a história do município, é importante destacar que não há documento oficial como pesquisa ou livro que registre, catalogue, enfim organize as informações referentes. O que estará aqui é fruto dos relatos dos anciãos do município, principalmente dos membros da comunidade Koiupanká. (PPP Escola Estadual Indígena Ancelmo Bispo de Souza, atualizado em 2019).

Com um espaço vasto e sem qualquer impedimento, Ancelmo Bispo percorreu grande parte do território que hoje denomina-se como Inhapi, promovendo a caça e a plantação de seus roçados. Alguns desses espaços, mesmo depois da invasão por parte de grupos não-indígenas, continuaram servindo como locais de moradia, tanto para ele, quanto para seus familiares. Assim como relatou Francisco Silva:

A população que formava o aldeamento Brejo dos Padres dependia da terra para sobreviver, pois tem a prática do cultivo de várias culturas a exemplos bem comum a mandioca, milho, feijão, batata-doce andú, dentre outras. No decorrer da formação e estruturação do território Pankararu, os indígenas são vítimas das consequências do aumento da população, diminuição do território e conflitos internos (SILVA, 2015, p. 7).

Suas visitas começaram em 1883, mas relatos afirmaram que desde jovem ele percorria as “matas” com o pai, que já plantava nesses territórios. Apenas em 1902, passou a utilizar esse espaço como moradia, conforme relatado no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Indígena Ancelmo Bispo de Souza.

O município de Inhapi é uma cidade sertaneja do estado de Alagoas. Os primeiros habitantes do lugar foram indígenas vindos de Pankararú em Pernambuco que se fixaram nesta terra em busca de melhores condições de vida e que fizeram seus roçados, mais precisamente no ano de 1883. Mas, foi em 1902 que a primeira casa foi oficialmente erguida. (PPP Escola Estadual Indígena Ancelmo Bispo de Souza, atualizado em 2019).

Atualmente o povo é composto por aproximadamente 201 famílias distribuídas em três territórios indígenas: aldeia Roçado (sede do povo); aldeia Baixa do Galo e aldeia Baixa Fresca. No entanto, boa parte da comunidade vive nas proximidades da Serra dos Grudes, conhecida

SANTOS, Angélica Maria Silva dos; SANTOS, Eimyslene Ferraz de Melo; SILVA, Gisely Martins da. A historicidade educacional do povo Koiupanká: uma educação contextualizada a partir dos saberes tradicionais. **Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô**. Palmeira dos Índios, v. 2, n. 1, p. 94-107. 2023.

vai desde o modo como tratam as minorias e povos indígenas, até a visão “errônea” que subjuga quem tem uma identidade diferenciada.

Desse modo, a forma como o ensino continua sendo imposto nas unidades educacionais permite ainda que a história seja contada com uma única linha de pensamento, não deixando oportunidades para que mais versões possam ser construídas. Como podemos ver logo abaixo. Segundo o Instituto Unibanco essa problemática atinge vários povos indígenas no Brasil.

Além dos problemas de infraestrutura, o material didático representa um grande desafio, já que há uma enorme diversidade cultural entre os indígenas brasileiros. O Censo aponta que menos da metade (48%) utiliza material didático em língua indígena ou bilíngue (em língua indígena e em Língua Portuguesa), apesar da maioria (74%) ministrar aulas em língua indígena. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, existem 305 povos indígenas em território nacional, que falam 274 línguas diferentes e têm culturas distintas. Assim, os materiais precisam equilibrar elementos do currículo nacional com as especificidades da cultura na qual a escola está inserida, ou seja, o idioma da população local (que deve ser ensinado em paralelo ao português) e seus conhecimentos tradicionais. (Instituto Unibanco, 2021).

Apesar de grandes avanços nas leis referentes ao direito a uma educação indígena diferenciada, há ainda uma série de empecilhos que desencadeiam o não atendimento dessas populações. A não demarcação de terras tem sido um dos aspectos mais decisivos na não construção física de escolas com padrão para o atendimento dos povos indígenas do Alto Sertão alagoano.

O povo Koiupanká, resistente desde 1883, vivencia sua luta por território, saúde e educação devido a discriminação e preconceitos nas escolas municipais de Inhapi, que mesmo diante de quase duas décadas de reconhecimento étnico e lutas, segue com resistência, a espera da construção de um prédio que comporte de maneira digna, aos alunos da comunidade. Apesar das conquistas, situações de precariedade nas escolas indígenas também foram evidenciadas em outras partes do território nacional, conforme podemos observar a partir dos dados encontrados pelo Instituto Unibanco, nos Desafios da Educação Indígena, mais escola e mais professores:

Ainda de acordo com o Censo, existem hoje no Brasil 3.359 escolas indígenas – Um terço das quais fica no estado do Amazonas –, que contam com 20.373 professores e 1.884 gestores. Desse total, 3.334 escolas estão situadas em terras indígenas, áreas de assentamento ou comunidades remanescentes quilombolas. Quase metade delas (49%) não possuem esgoto sanitário, cerca de um terço (30%) não conta com energia elétrica e 75% não têm acesso à internet; banda larga é uma realidade em apenas 14% das unidades. Além disso, praticamente não há estruturas de suporte ao aprendizado de ciências e tecnologia nas escolas indígenas: apenas 8% dispõem de algum tipo de laboratório em suas instalações. (Instituto Unibanco, 2021).

Diante desses dados, constatamos que alguns povos sofrem com a falta de territórios,

SANTOS, Angélica Maria Silva dos; SANTOS, Eimyslene Ferraz de Melo; SILVA, Gisely Martins da. A historicidade educacional do povo Koiupanká: uma educação contextualizada a partir dos saberes tradicionais. **Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô**. Palmeira dos Índios, v. 2, n. 1, p. 94-107. 2023.

pois o número de indígenas em áreas periféricas das cidades torna-se crescente. Além disso, o uso indevido de bebidas alcoólicas tem sido um dos grandes obstáculos nas comunidades, desencadeando problemas para além da ótica indígena, pois independe de ações referentes a órgãos governamentais, que pela subsequência dos fatos atuais, se torna inviável devido a falta em sua maioria de território para auto sustento, e de um governo que pense realmente nesse público. Por outro lado, há ainda a falta de formação de professores suficientes para que os espaços escolares sejam ocupados por profissionais da comunidade.

Pelos mesmos motivos, outro desafio significativo é a formação dos professores indígenas, considerando que, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Indígena, todos os docentes devem ser das aldeias em que dão aula, porque só assim eles vão estar preparados para lidar com a realidade dos seus alunos. E, segundo Gersem Baniwa, faltam professores indígenas com formação de nível superior para atender os estudantes a partir do 6º ano. Por isso, é preciso investir na formação de professores nas licenciaturas interculturais indígenas, que habilitam os docentes nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio (INSTITUTO UNIBANCO, 2021).

Como bem podemos observar, através do relato, uma das lideranças indígenas do povo Koiupanká expressa sua preocupação quanto à educação diferenciada:

Sei que com a educação escolar indígena vamos perder para o mundo dos brancos, muitos de nós, porque os valores do mundo do branco, exige status e isso também já inundou os corações de nossa nação, visto que a causa disso foi nos tirar o que nos sustenta e nos deixa mais forte a nossa MÃE TERRA, e em troca nos deram um deus e a vida eterna, mas também a cada dia plantamos sementes que possa despertar o valor maior para acreditar em uma terra sem males, o bem comum de todo o povo. Não existe indígena sem-terra, existe terra sem indígena. (Silva Francisco João, 2022).

Nesse sentido, a Escola Estadual Indígena Ancelmo Bispo de Souza, visa trabalhar com professores indígenas, respeitando os fatores já mencionados anteriormente, como forma de intensificar a identidade cultural existente na comunidade, como também, desvencilhar quaisquer traços e status do não-indígena e suas tantas maneiras de desarticulação das lutas e costumes dos povos originários.

A educação escolar indígena Koiupanká

Quando discutimos uma educação escolar indígena diferenciada, estamos falando do uso das práticas tradicionais, em contrapartida às tantas outras aprendizagens e métodos utilizados

de forma contextualizada nas escolas indígenas. Educar vai para além do chão da escola, remete aos aspectos existentes no percurso de vida de cada indivíduo, de modo que haja uma contextualização entre o mundo não-indígena e indígena. Sobre isso, o indígena Oporá Anã Arreia Arreia (Francisco da Silva), destacou a importância da escolaridade diferenciada:

Entendemos ser mediador dos dois mundos, proporcionar às nossas crianças o conhecimento científico e unir ao nosso saber de povo indígena, não desmerecendo ambos, mas com objetivo de deixar líderes, pajés, mezinheiras, parteiras e tantos valores que é importante para nossa sobrevivência de um povo originário. (Oporá anã arreia arreia, 2022).

Essa educação teve início em 2006 após algumas reivindicações e a participação em reuniões que proporcionaram ao povo Koiupanká a esperança de vivenciar uma educação pautada no cotidiano, a partir da visão de mundo dos mais velhos, os quais sofreram discriminações por muitos anos. Assim, a partir de muita luta dos indígenas, a comunidade passou a ofertar uma educação “regada” de saberes tradicionais.

Pensar em uma educação diferenciada, que respeite estes anseios, muda o rumo da história vivenciada desde a invasão. Apesar de tantas discriminações ao longo dos anos, faz-se necessário ocupar os lugares que nos é de direito e ao mesmo tempo oportunizar às futuras gerações um outro contexto. O que é diferente do vivenciado por nossos antepassados e por lideranças e membros da comunidade que se auto identificaram indígenas. Assim podemos observar na fala de Francisco Silva, ao responder sobre a importância de trabalhar com educação escolar indígena:

A importância é proporcionar a nossos alunos uma forma didática e uma forma escolar, porque a educação indígena nós já temos, que é os costumes, os valores, as tradições, mas proporcionar para o aluno uma educação, na qual eles tenham acesso né e nesse acesso de educação escolar, eles possam ter a garantia de participar de um concurso, participar de uma seleção, de ter a oportunidade de serviço e assim, eu não vou, não queria usar o termo competir, mas competir de maneira leal, de forma igual e para igual (Francisco João, 2019).

Face a essa questão, para entender o contexto educacional da Escola Anselmo Bispo de Souza, é necessário compreender o papel de uma educação indígena diferenciada que parta não somente do fortalecimento cultural, mas da ascensão de uma identidade originária capaz de oportunizar às novas gerações um formato educacional que intensifique os valores e respeito pelo sagrado, assim como respondeu Oporá anã arreia arreia, em 2019 ao ser questionado sobre educação de escolaridade indígena diferenciada, respondeu que:

A escolaridade indígena, requer a oportunidade de estudar numa escola indígena, com professores indígenas, com conteúdo indígena, com currículo indígena, com metodologias, voltadas para a valorização, o entendimento dos costumes e valores tradicionais do povo indígena.

É com essa premissa que podemos perceber o quão importante é uma escola em território tradicional, pois vem carregada de historicidade, onde discentes, comunidade e professores pertencentes ao povo tenham voz ativa e, conseqüentemente, repassem seus conhecimentos. Nesse sentido, a escola se torna um lugar onde o respeito e o acesso a esses saberes acontecem sem intervenção ou discriminação direta do não-indígena.

Principais abordagens e métodos utilizados na Escola Estadual Indígena Ancelmo Bispo de Souza

O ensino diferenciado do povo koiupanká é voltado aos saberes tradicionais, em que os anciãos da comunidade têm papel importante no desenvolvimento religioso do povo. Nestas condições, podemos dizer que os valores tradicionais servem como embasamento na formação educacional do povo Koiupanká. Em contrapartida tanto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quanto do Referencial Curricular de Alagoas (ReCal), tendo como finalidade o desenvolvimento teórico e empírico a partir da construção e fortalecimento identitário. A partir dessa perspectiva, ao ser questionada, a professora mestra Allyne Rios afirmou que

É importante entender que cada povo possui um processo e formas de construir a Educação de Escolaridade Indígena bem específicas. No caso koiupanká ela é pautada no trabalho intercultural e contextualizado. O primeiro dia respeito às relações interculturais vivenciadas na escola. É conteúdo, é objetivo, é metodologia tudo aquilo que está relacionado a cultura do povo, dos povos do sertão, dos povos indígenas do Brasil, além de respeitar e encher outras relações culturais como a afrodescendente. Por outro lado a contextualização diz respeito ao processo de colocar a realidade indígena, do povo, ou seja do aluno, do território, do lugar onde vivem como base das atividades em todos os componentes curriculares visto que a matriz curricular da escola indígena é a mesma que uma não-indígena. O específico, o diferenciado está na forma de conduzir o processo em busca do desenvolvimento das habilidades e competências.

Nesse sentido, os métodos de ensino seguem a interdisciplinaridade e contextualização das áreas de conhecimento, bem como a junção dos saberes tradicionais, cujos ritos “andam juntos” à produção e desenvolvimento escolar. O currículo existente na escola exige um material específico elaborado seguindo cronogramas de ações voltadas às temáticas geradoras,

organizadas mensalmente atendendo ao calendário escolar, desenvolvido com base em projetos integradores, tais como: Abril Indígena; Caminho dos Antigos; Jogos Indígenas; Subida à Serra dos Grudes; Festival do Ouricuri; Festa da Lua Cheia; Grife Afioá Wafá e o desenvolvimento de atividades junto à Secretaria de Estado da Educação.

Com isso, a educação escolar indígena para o povo Koiupanká remete às lutas, reuniões e ações formativas que aconteciam bem antes do reconhecimento e está ligada aos costumes, crenças e rodas de conversas com os mais velhos.

Desse modo, percebemos que educar é encher de possibilidades a vida das novas gerações e é através dessa importância, sob o olhar humano, que os povos originários podem desenvolver-se com os materiais que têm. Diante de vulnerabilidades e da escassez de materiais pedagógicos, buscam, assim como os Koiupanká, o uso da natureza, rituais, costumes e crenças como completude do fazer a educação escolar indígena. Quando perguntada sobre essa importância, a professora mestra Allyne Rios afirmou que :

A importância abrange vários sentidos, como o social, o cultural, religioso porque inúmeros processos formativos circundam a escola. O fato de ser específica e diferenciada é o direito de conduzir esses processos com foco na realidade do povo, respeitando o território, as formas de viver e ser indígena, koiupanká. Trata-se de uma formação escolar que envolve a comunidade, capaz de delinear objetivos, engajar o povo para além de questões educacionais. A vida em comunidade, as tradições do povo constituem parte da rotina escolar, algo que não é possível acontecer em uma escola não-indígena.

Com base nisso, é indispensável ressaltar como o processo de ensino aprendizagem, elaborado por nossa comunidade, contribui positivamente no processo histórico, social e religioso do povo, tendo participação direta da comunidade, alunos, lideranças e corpo docente escolar. De certo, isso desencadeia o fortalecimento cultural sem sobrepor os demais conhecimentos necessários para o desenvolvimento dos indígenas enquanto cidadãos e parte integrante da sociedade brasileira.

Conclusão

O trabalho até aqui desenvolvido, buscou mostrar em aspectos práticos como a importância da historicidade educacional do povo Koiupanká, bem como do uso de suas práticas exitosas voltadas para a realidade da comunidade escolar, são indispensáveis à expansão do conhecimento tradicional do povo. Ainda assim, perceber a relevância do uso

contextualizado de materiais exigidos pela BNCC e ReCal, a fim de obter uma educação escolar indígena diferenciada, a partir da contribuição dos alunos, professores, pais e comunidade.

Desse modo, buscamos discutir a promoção da aquisição de um conhecimento inclusivo, voltado à perspectiva da educação de escolaridade indígena diferenciada, onde o indígena possa ter acesso direto aos conteúdos, bem como contribuir com suas vivências e a realidade no seu cotidiano e na formação educacional desenvolvida em sala de aula.

É indispensável dizer que para que isso ocorra a educação deve ser vista como um caminho de contribuição na causa dos povos originários, bem como preparar para a sociedade sem deixar se sobrepor do que rege o sistema educacional. De fato é uma educação de qualidade que impulsiona o pensar da realidade como aspecto pertinente na contribuição e resgate do que outrora foi perdido, devido às invasões e imposições dos não indígenas durante todo o percurso da história.

Referências

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MEDEIROS, Juliana Schneider, **História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang**, 2010, atualizado em 26/05/2011, SciELO - Brasil. : Disponível em [SciELO - Brasil - História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang](#). Conteúdo pesquisado as 8:30, do dia 30/06/2022.

FUNAI -**Educação Escolar Indígena** — Disponível em <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/cidadania/educacao-escolar-indigena> 18/11/2013, última atualização feita em 20/11/2020, pesquisa realizada às 10:00 em 29/06/2022.

INSTITUTO UNIBANCO. **Os desafios da educação indígena**, 19/04/2021 | Editado em 19/04/2021 12:46, Disponível em [Desafios da educação indígena: mais escolas e mais professores - Instituto Unibanco](#), pesquisa realizada dia às 23:00.

SANTOS, Angélica, SANTOS, Elizabete. **Escolaridade indígena: uma nova perspectiva sobre a educação de escolaridade do povo Koiupanká** - Ensaio Etnográfico sobre a Importância da Escolaridade Indígena do Povo Koiupanká, 2019, Acesso no dia 29/06/2022, às 22:00 em 28/06/2022.

SILVA, Francisco João da. **Formação e delimitação territorial das aldeias koiupanká** [240cb7_3d8d5575e7e7473f9f2748090ef81733.pdf \(gphial-uneal.com.br\)](#), 2015. Acesso às

SANTOS, Angélica Maria Silva dos; SANTOS, Eimyslene Ferraz de Melo; SILVA, Gisely Martins da. A historicidade educacional do povo Koiupanká: uma educação contextualizada a partir dos saberes tradicionais. **Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô**. Palmeira dos Índios, v. 2, n. 1, p. 94-107. 2023.

16:00 em 29/06/2022.

SOUSA, Rainer, Mestre em História. **Os Jesuítas no Brasil**, Mundo Educação- UOL. Disponível em: [Os jesuítas no Brasil - Mundo Educação \(uol.com.br\)](https://www.uol.com.br/mundoeducacao/) conteúdo pesquisado às 10:00, do dia 30/06/2022.

SOBRINHO, SOUSA, BETTIOL: **A educação escolar indígena no brasil: uma análise crítica a partir da conjuntura dos 20 anos de LDB**. Unisul, Tubarão, v.11, n.19, p.58-75, Jan/Jun 2017, P O I É S I S- Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado Universidade do Sul de Santa Catarina Unisul, Tubarão Disponível em: [A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DA CONJUNTURA DOS 20 ANOS DE LDB \(1library.org\)](https://1library.org/), pesquisa realizada às 19:00 em 29/06/2022.

ARRUTI, José Maurício, **PANKARARU**, Povos Indígenas no Brasil. Publicado originalmente em 07/2005. Esta página foi modificada pela última vez em 25 de janeiro de 2021. Disponível em : [Pankararu - Povos Indígenas no Brasil \(indios.org.br\)](https://www.indios.org.br/), conteúdo pesquisado às 20:00, do dia 30/06/2022.

PPP- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, Inhapi- Alagoas, acervo da DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA ANCELMO BISPO DE SOUZA, última atualização, 2019.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi, **A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL**, Povos Indígenas no Brasil. Adaptação de texto originalmente publicado no livro *Povos Indígenas no Brasil 1996/2000 - ISA*. Esta página foi modificada pela última vez em 2 de abril de 2018. Disponível em: [A educação escolar indígena no Brasil - Povos Indígenas no Brasil \(socioambiental.org\)](https://www.socioambiental.org/) pesquisado às 15:00, do dia 29/06/2022.

SANTOS, Angélica Maria Silva dos; SANTOS, Eimyslene Ferraz de Melo; SILVA, Gisely Martins da. A historicidade educacional do povo Koiupanká: uma educação contextualizada a partir dos saberes tradicionais. **Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô**. Palmeira dos Índios, v. 2, n. 1, p. 94-107. 2023.